



v.14, n.1, 2017
Setembro-Dezembro
Dossiê 150, 100, 50

MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA [MARX AND THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY]

Francisco José Soares Teixeira
Universidade Regional do Cariri, Brasil
E-mail: fcoteixeira0205@uol.com.br

RESUMO ABSTRACT

O Presente texto analisa a relação de Marx com a Economia Política Clássica (EPC). Trata-se de uma relação que é, primeiramente, uma exposição crítica do sistema categorial da EPC. É por meio dessa exposição que Marx realiza a crítica àquela ciência e, assim, procedendo, descobre as conquistas realizadas pelos seus expoentes maiores (D. Ricardo e A. Smith), e, ao mesmo tempo, corrige suas debilidades e insuficiências teóricas. Cabe realizar, aqui, in totum, o que de modo geral os estudiosos de Marx não levam na devida em conta.

The present text analyzes the relation of Marx with the Political Economy Classical (EPC). It is a relation that is, first, a critical exposition of the categorial system of the EPC. It is by means of this exposition that Marx criticizes that science and thus proceeds to discover the achievements of his greatest exponents (D. Ricardo and A. Smith) and, at the same time, correct their theoretical weaknesses and inadequacies. Here, in totum, is what Marx's scholars generally do not take into account.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

Crítica da Economia Política.
Economia Política Clássica.

Critique of Political Economy.
Political Economy Classical.

1. ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA: CONQUISTAS, DEFICIÊNCIAS E INCOERÊNCIAS TEÓRICAS

Marx deve à **Economia Política Clássica (EPC)** o trabalho realizado por essa ciência, que consiste em reduzir as diferentes formas da riqueza capitalista (salário, lucro, renda e juros) à sua fonte interna: o trabalho em sua forma capitalista. Sem essa redução analítica, o autor de *O Capital*, como ele mesmo o diz, não poderia “expor adequadamente o movimento do real”.

Mas em que consiste a redução analítica operada pela **EPC**? A resposta que se encontra em Marx é a de que se trata de um **trabalho crítico**, uma vez que os economistas clássicos procuram dissolver a forma de alienação em que se manifesta a riqueza capitalista. É o que se lê na seguinte passagem das *Teorias da Mais-valia*, quando ele assevera que

enquanto os economistas clássicos e, portanto, críticos, lidam com a forma de alienação e procuram dissolvê-la com a análise, a economia vulgar, ao contrário, sente-se por inteiro em casa justamente com a estranheza em que se defrontam as diferentes partes do valor; a felicidade de um escolástico com Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo é a mesma do economista vulgar com terra-renda, capital-juro e trabalho-salário. É que essa é a forma em que estas relações, na aparência, se apresentam diretamente interligadas e assim existem nas ideias e na consciência dos agentes de produção capitalistas, destas prisioneiras. O economista vulgar se considera tanto mais claro, tanto mais natural, mais útil à sociedade e tanto mais distante de toda sofisticaria, quanto mais se limite, na realidade, a traduzir as noções comuns numa linguagem doutrinária. Por isso, quanto mais alienada a forma em que concebe as formações da produção capitalista, tanto mais se aproxima da base das noções comuns, tanto mais se acha no seu elemento¹.

Para a “economia vulgar” tudo se passa como se a produção do excedente caísse do céu; e não como de fato o é, isto é: produzida pelo trabalho alheio não pago, como assim procura demonstra a **EPC**. A economia vulgar não vai muito além do *modus vivendi* dos agentes de produção. Sua teoria é uma reprodução, no plano intelectual, da práxis utilitária dos agentes de produção, com suas concepções, conceitos e critérios que constroem para seu juízo sobre a sociedade. Com efeito, referindo-se ao caráter alienante da riqueza capitalista, Marx esclarece que

os agentes da produção capitalista vivem num mundo enfeitado, e suas próprias relações afiguram-se-lhes (*sic*) atributos das coisas, dos elementos materiais da produção. É porém nas últimas formas, nas mais mediatizadas - formas onde a mediação já se tornou invisível

1 Marx, Karl. *Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico: Livro 4 de O Capital* – São Paulo: Difel, 1980; Vol. III; p.1540



e ao mesmo tempo se expressa diretamente o oposto - que aparecem as figuras do capital como verdadeiros agentes e representantes imediatos da produção. O capital produtor de juros personifica-se no capitalista prestamista, o industrial no capitalista industrial, o capital produtor de renda fundiária no senhorio como proprietário da terra, e por fim o trabalho no trabalhador assalariado. Entram na concorrência e no processo real de produção sob essas formas fixas, personificadas em protagonistas independentes que ao mesmo tempo assumem a figura de meros representantes de coisas personificadas. A concorrência pressupõe essa exteriorização. São as formas existentes de acordo com a natureza e a evolução natural da concorrência, e esta mesma, em sua aparência na superfície, é apenas o movimento desse mundo invertido. O nexos causal, na medida em que se impõe, aparece como uma lei misteriosa. A melhor prova é a própria economia política, uma ciência que se ocupa em redescobrir a conexão oculta. Tudo entra na concorrência na forma última, a mais extrínseca. Por exemplo, o preço de mercado faz o papel de fator dominante, do mesmo modo a taxa de juro, a renda fundiária, o salário, o lucro industrial aparecem como os elementos constitutivos do valor, e o preço da terra e o preço do capital como dados com que se administra².

Nesta passagem, Marx deixa mais do que claro que a **EPC** se recusa a ser a voz da consciência prática dos agentes de produção em suas atividades diárias. Ela não se deixa emaranhar nas malhas da esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, que aparece como um verdadeiro “éden dos direitos do homem”, pois nessa esfera, na qual o indivíduo só existe como produtor de valor de troca, o que reina é unicamente liberdade, igualdade e propriedade. Liberdade, pois cada um é livre para permutar suas mercadorias por outras; Igualdade, pois os indivíduos se confrontam no mercado e aí somente abrem mão de suas mercadorias se, em troca, recebem outras de igual valor; proprietários, pois cada um dispõe apenas do que é seu, uma vez que cada indivíduo é reconhecido por seus pares com possuidores de mercadorias.

É daí que partem Smith e Ricardo para demonstrar que todas aquelas formas de riqueza, que aparecem como fixas e estranhas entre si, têm uma única e mesma fonte: o trabalho como substância criadora do valor. Mostram, assim, que as rendas do industrial, do proprietário de terra e do prestamista provêm todas do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores empregados na produção do valor. Descubrem, portanto, o que está oculto sob as formas aparentes de riqueza: - o trabalho como única fonte do valor.

Nessa redução analítica, os economistas clássicos cometem certas incoerências e deficiências teóricas. No entanto, isso não lhes tira o mérito de não se deixarem enganar pela aparência mistificadora em que aparecem as formas capitalistas de riqueza. Que o diga Marx, para quem,

a economia clássica procura pela análise reduzir as diferentes formas de riqueza, fixas e estranhas entre si, à unidade intrínseca

² Teorias da Mais-Valia..., Vol. III., p. 1550,51.



delas, despojá-las da configuração em que existem lado a lado, independentemente uma das outras; quer apreender a conexão interna que se contrapõe à diversidade das formas da aparência. Por isso, [...] reduziu à forma única do lucro todas as formas de renda (revenue) e todas as figuras independentes que constituem os títulos sob os quais os não-trabalhadores participam do valor das mercadorias. E o lucro se reduz a mais-valia, uma vez que o valor na mercadoria na mercadoria inteira se reduz a trabalho [...]. Nessa análise, a economia clássica se contradiz em certos pontos, com frequência de maneira direta, sem elos intermediários, tenta empreender essa redução e demonstrar que as diferentes formas têm a mesma fonte. Mas isso é consequência necessária do método analítico com que a crítica e a compreensão têm de iniciar-se. A economia clássica não tem interesse em analisar como nascem as diferentes formas, mas em convertê-las, pela análise, à unidade delas, pois parte dessa forma como pressuposto dado.; Mas a análise é o requisito indispensável para se revelar a gênese, para se compreender o processo real de formação das diferentes fases. Por fim, a economia clássica é falha e carente ao conceber a forma básica do capital - a produção destinada a se apropriar de trabalho alheio - não como forma histórica e sim como forma natural da produção social, e sua própria análise abre caminho para que se destrua essa concepção³.

Mas é preciso dar prova, fundada em argumentos desenvolvidos pelos próprios economistas clássicos, de como eles demonstraram o nexos causal que liga as diferentes formas de riqueza.

2. SMITH E O SEGREDO DA PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA

No o final do capítulo IV do Livro Primeiro, de *A Riqueza das Nações*, Smith antecipa os passos mediante os quais intenta desvendar aquela conexão oculta. Seu raciocínio se desenvolve mais ou menos assim: depois de haver investigado, nos capítulos precedentes, as causas do crescimento da riqueza das nações e a sua natureza, que são o aprimoramento das forças produtivas e a mercantilização da riqueza, pergunta quais são as regras que determinam o valor relativo ou valor de troca das mercadorias, para então se propor a mostrar: [1] qual é o critério ou medida real desse valor de troca; [2] quais são as diferentes partes em que constituem esse preço real e, finalmente, [3] quais são as diversas circunstâncias que fazem esses componentes subirem acima ou descerem abaixo do preço natural ou normal.

Planejado o caminho que o leva a descobrir a fisiologia interna do sistema, Smith deixa o mundo fenomênico das trocas mercantis e se dirige para o coração da produção, onde aí vai investigar a essência do valor: o trabalho humano. Para tanto, desafia seriamente

tanto a paciência quanto a atenção do leitor: sua paciência, pois examinarei um assunto que talvez possa parecer desnecessariamente tedioso em alguns pontos; sua atenção, para compreender aquilo que,

³ Teorias da Mais-Valia ...Vol. III., p. 1538.



mesmo depois da explicação completa que procurarei dar, talvez possa ainda parecer algo obscuro. Estou sempre disposto a correr um certo risco de ser tedioso, visando à certeza de estar sendo claro; e após fazer tudo o que puder para ser claro, mesmo assim poderá parecer que resta alguma obscuridade sobre um assunto que, aliás, é por sua própria natureza extremamente abstrato⁴.

Smith oferece ao leitor um banquete nada nada agradável! Mas, como “não há entrada já aberta para a ciência”, o leitor, que tem amor ao saber científico, não teme em aceitar o convite de Smith. Não tem outra opção senão aceitar o desafio proposto pelo autor de ***A Riqueza das Nações***, para acompanhá-lo na jornada que o leva da superfície imediata dos fenômenos econômicos, e segui-lo até à essência do sistema, para aí descobrir a substância oculta (o trabalho) que subjaz por trás das formas aparentes da riqueza capitalista (salário, lucro, juro e renda da terra).

É um caminho longo e tedioso. Começa no capítulo V, onde aí Smith investiga a formação do preço real (preço em trabalho) e do preço nominal das mercadorias (preço em dinheiro). É uma análise que inicia afirmando que o preço real das mercadorias é determinado pela **quantidade de trabalho** necessário à sua produção. Alguns parágrafos depois, afirma que é mais natural e fácil estimar o valor das mercadorias em **ouro e prata**. Acontece que o valor destes metais varia. Logo, não são uma boa medida do valor de troca das mercadorias. Smith resolve, então, substituir estes metais pelo trigo, que é valor do salário de subsistência do trabalhador. Embora o valor do trigo varie, como o valor de qualquer outra mercadoria, o autor da ***Riqueza das Nações*** conclui, depois de longos e tortuosos vai e vem, **que o trabalho, não a sua quantidade, mas o valor do trabalho (o salário)**, expresso em trigo, é a única medida universal do valor das mercadorias.

Acontece que essa análise é meramente descritiva. Ela não permite mostrar como se chega à fonte do valor, ao trabalho. A solução vem no capítulo seguinte (capítulo VI), quando Smith resolve lançar mão de uma hipótese que descreve um mundo ideal, onde a liberdade, a igualdade e a propriedade reinam de forma absoluta⁵. Liberdade! Pois os agentes da produção são livres para sair de uma atividade e entrar noutra sem nenhuma restrição. Igualdade! Pois todos são proprietários, que trocam equivalentes por equivalentes. Vivem num mundo [1] onde não existe propriedade privada da terra nem acúmulo de capital em mãos de particulares. Nestas circunstâncias, o valor do que produzem se determina pela quantidade de trabalho necessária à produção de cada mercadoria; [2] sendo assim, a

4 Smith, Adam. ***A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas***. – São Paulo: Nova Cultural, 1985., p. 61.

5 “No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos produtos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros (...).Nessa situação, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada” [***Riqueza das Nações***; p. 77].

remuneração que cada produtor recebe é proporcional ao valor de sua mercadoria, pois na inexistência de classes sociais, o valor do produto é igual ao valor do trabalho despendido em sua produção; [3] nestas condições, ninguém estaria disposto a abrir mão do produto do seu trabalho se, em troca, não recebesse outro de igual valor; [4] conseqüentemente, a troca se faz obedecendo ao princípio de equivalência; permutam-se valores de iguais magnitudes.

Se nesse mundo ideal o trabalho é a fonte de valor, deve continuar sendo no mundo real. Só é necessário, agora, fazer a passagem desse mundo imaginado para o mundo o mundo concreto no qual vivem os homens; um mundo dividido em classes sociais: a detentora dos meios de produção e a classe operaria, que dispõe unicamente de sua força de trabalho para vendê-la no mercado.

Infelizmente, Smith não consegue realizar, com sucesso, essa passagem. Tropeça em sérias dificuldades, que o levam a cair em contradições contínuas. Descobre que a troca entre capital e trabalho não obedece ao princípio da equivalência. Ora, se este princípio não se aplica à troca entre capital e trabalho, como então continuar sustentando que as mercadorias se trocam na proporção do tempo de trabalho nelas incorporado?

Não tendo como resolver essa questão, Smith passa a usar duas definições de valor. Numa, argui que o valor das mercadorias é proporcional às quantidades de trabalho nelas inseridas; noutra, sustenta que o seu valor é determinado por sua capacidade de comandarem trabalho vivo.

Ora, quem afirma que o valor de um objeto é determinado pelo quantum de trabalho necessário à sua produção e, depois, sustenta que o valor deste mesmo objeto é determinado pela quantidade de trabalho que pode comprar ou comandar; quem assim procede, entra em contradição. E o que é pior: fazer da quantidade de trabalho vivo comandada a medida do valor das mercadorias significa fazer do valor do trabalho (do salário) a medida dos valores⁶. Por isso, ele termina por encerrar a teoria do valor num círculo vicioso: o valor determinando o valor⁷.



3 RICARDO E A RECONSTRUÇÃO DA TEORIA DO VALOR

214

É então que Ricardo entra em cena para afirmar, em alto e bom som, que o valor das

⁶ Esses dois conceitos estão melhor desenvolvidos em Teixeira, Francisco José Soares. **Trabalho e Valor: Contribuição para a Crítica da Razão Econômica**. - São Paulo: Editora Cortez, 2004.

⁷ Referindo-se a esse duplo aspecto da teoria do valor de Smith, Marx observa que o autor da **Riqueza das Nações** "... hesita no tocante à definição do valor de troca. Particularmente: ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria ou, o que dá no mesmo, com a determinação pela quantidade de mercadoria mediante a qual se pode comprar quantidade certa de trabalho vivo, ora substitui aquela por esta determinação. Faz então o valor de troca do trabalho a medida do valor das mercadorias. Na realidade faz do salário essa medida, pois o salário é igual à quantidade de mercadorias que pode comprada com determinada quantidade de mercadorias (...). Faz-se aí do valor medida do valor e fundamento pra explicá-lo: um círculo vicioso [**Teorias da Mais-Valia**; op. cit., Vol.I; p. 49].

mercadorias é determinado pelas quantidades de trabalho nelas inseridas. Suprime, assim, o conceito de valor comandado, segundo o qual o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho vivo que comandam. Assim procedendo, Ricardo não só elimina as contradições de Smith, como também livra a teoria do valor daquele círculo vicioso, há pouco referido.

Afirmando o princípio de que a quantidade de trabalho despendida na produção é a única medida do valor, Ricardo se põe a investigar até que ponto as diversas formas de riqueza concordam diretamente com aquele princípio, ou dele se desviam. Com efeito, censura Smith por este reconhecer

plenamente o princípio de que as proporções entre as quantidades de trabalho necessário para adquirir objetos diferentes sejam a única circunstância que pode proporcionar uma regra para a nossa troca de um por outro, ele limita, no entanto, a aplicação desse princípio àquele primitivo e rude estado da sociedade em que antecede tanto a acumulação de capital como a apropriação da terra, como se, quando tiverem ser pagos lucros e renda da terra, estes tivessem alguma influência sobre o valor relativo das mercadorias.

Ora, prossegue Ricardo em sua reprovação.

Adam Smith, no entanto, não analisou em lugar algum os efeitos da acumulação de capital e da apropriação da terra sobre o valor relativo. É importante, todavia, determinar em que medida os efeitos – reconhecidamente produzidos sobre o valor de troca das mercadorias pela quantidade de trabalho empregada na sua produção – são modificados pela acumulação de capital e pagamento da renda da terra⁸.

Infelizmente, a análise de Ricardo não é de todo bem sucedida. Primeiramente porque, ao definir o valor do trabalho (da força de trabalho), pressupõe que o tempo de trabalho contido nos meios de subsistência do trabalhador é igual ao tempo de trabalho diário que ele realiza. Por isto, ele não tem como explicar a origem da mais-valia⁹.

Com se isso não bastasse, Ricardo termina, também, por cometer certas contradições. Isto acontece quando ele passa a investigar, nas seções III e IV, do capítulo

8 Ricardo, David. *Princípios da economia política e tributação*. – São Paulo: Nova Cultural, 1985., p. 49., nota de pé de página nº 8.

9 Ricardo, diz Marx, “pressupõe naturalmente que o tempo de trabalho contido nos meios de subsistência cotidiano é igual ao tempo de trabalho diário que o trabalhador tem de trabalhar para reproduzir o valor desses meios. Mas introduz uma dificuldade e oblitera a compreensão clara dessa relação, por não mostrar de imediato o destino de uma fração da jornada do trabalhador, o de reproduzir o valor de sua força de trabalho” [*Teorias da Mais-Valia*, Vol.II, p. 837].



I, dos seus *Princípios de Economia Política*, os efeitos da acumulação do capital sobre a lei do valor. Aí descobre que capitais com magnitudes iguais, que deveriam receber o mesmo montante de lucro, têm lucros diferenciados.

Ora, isso é contra a lei da concorrência, que estabelece uma taxa geral de lucro para toda a economia, pela qual todos os capitais devem ser remunerados. Se é assim, dois capitais, de igual magnitude, não teriam porque receber lucros diferentes. Mas recebem. Mesmo que estes dois capitais movimentem, em sua produção, as mesmas quantidades de trabalho, se tiverem composições diversas, serão remunerados diferentemente.

Ricardo explica por quê. Um capital, que emprega uma grande quantidade de maquinaria, tem um prazo de retorno dos seus investimentos mais demorado do que um outro que emprega pouca ou quase nenhuma máquina. Neste caso, continua sua explicação, o capital que tem prazo de retorno mais demorado deve receber um lucro maior do que aquele que tem menor prazo. É uma recompensa pelo prazo de espera. Neste caso, conclui Ricardo, o princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção das mercadorias regula seu valor relativo é consideravelmente modificado pelo emprego de maquinaria e outros capitais fixo.

Conclusão: Ricardo não pôde sustentar, do começo ao fim de sua teoria, que a quantidade de trabalho empregada na produção é o único princípio que regula o valor de troca. Sua crítica a Adam Smith não é, portanto, de toda consequente. Ele só resolveu a contradição de Smith, porque eliminou um dos dois conceitos de valor adotados por aquele autor. Procede assim porque entendia que o problema que levou Adam Smith a se contradizer era de ordem lógica: sua teoria do valor feria o princípio de não-contradição. Realmente, como visto há pouco, Smith ora afirma que o valor é, ora afirma que o valor não é determinado pelo quantidade de trabalho. Ora, quem afirma e nega, ao mesmo tempo, se contradiz.

Mas Smith só cometeu essa *contradição aparente* porque não soube distinguir a **mercadoria trabalho** das **demais mercadorias**. A primeira é trabalho vivo, a segunda, trabalho materializado. Para esta, vige a lei do valor, segundo a qual as mercadorias devem ser trocadas entre si segundo quantidades iguais de trabalho nelas incorporado. Entretanto, esta lei não vige para o caso da mercadoria trabalho. A troca entre esta mercadoria e as demais não obedece ao princípio da equivalência. Pois, neste caso, troca-se mais trabalho vivo por menos trabalho materializado.

Por que não distinguiu essas duas mercadorias, Smith não conseguiu explicar porque a lei do valor vige para a troca das mercadorias em geral e não para a troca da mercadoria trabalho vivo. Muito menos Ricardo¹⁰. E o que é pior: ele termina por cometer

10 Referindo-se a Ricardo, Marx nota que ele não resolve o problema enfrentado por Smith. «De acordo com toda a ordenação da sua pesquisa», diz Marx, “basta-lhe provar que o valor variável do trabalho - em suma o salário - não elimina a determinação do valor das mercadorias, distintas do próprio trabalho, pela quantidade relativa de trabalho nelas contida. ‘Não são iguais’, a saber, ‘a quantidade de trabalho aplicada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria pode comprar’. Contenta-se em constatar esse fato. Mas, como se distingue a mercadoria trabalho das outras mercadorias? Uma é trabalho vivo, as demais trabalho materializado. Por conseguinte, apenas duas formas diferentes de trabalho. Por que uma lei vige para uma e não para as demais,

TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e a crítica da economia política. p.209-224.



as mesmas incoerências efetuadas por Smith. Com efeito, Ricardo determina o valor do trabalho, não pela quantidade de trabalho necessário para produzir a força de trabalho, mas sim pela quantidade aplicada para produzir o salário do trabalhador. Assim, o valor do trabalho é determinado pelo valor do salário¹¹.

4. MARX E A SUPERAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES E DEFICIÊNCIAS TEÓRICAS DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.

4.1. MÉRITOS E DEMÉRITOS DOS ECONOMISTAS CLÁSSICOS: SMITH E RICARDO

É então que Marx entra em cena. Não sem antes fazer um balanço dos méritos e deméritos de Smith e Ricardo. Por desconhecerem o conceito de força de trabalho, Ricardo e Smith não podiam explicar a troca entre capital e trabalho como uma troca de equivalente. Uma coisa é o valor excedente gerado pela força de trabalho; outra, sua venda. Não tendo distinguido estes dois momentos, Ricardo, para livrar o que julga ser unicamente uma contradição do pensamento de Smith, acaba mascarando a origem da mais-valia. Mesmo assim Marx reconhece que

é grande mérito de Adam Smith ter intuído, precisamente nos capítulos do Livro I [caps. 6,7, 8] nos quais ele passa da troca simples das mercadorias e da sua lei do valor para a troca entre capital e trabalho assalariado [...] – é seu mérito ter intuído que, nesse ponto, ocorre uma ruptura, e [...] que a lei é de fato abolida em seu resultado, que se troca mais trabalho contra menos trabalho [...]; e é grande mérito seu ter salientado [...] que, com a acumulação de capital e com a propriedade fundiária [...] verifica-se aparentemente [...] uma nova mudança, uma inversão da lei do valor em seu oposto. Assim como sua força teórica está em ter intuído e sublinhado essa contradição, do mesmo modo sua debilidade teórica está no fato de que isso o levou a engano no que se refere à lei geral, inclusive no que tange à troca simples de mercadoria; está em não ter compreendido como está contradição surge do fato de que a própria capacidade de trabalho se torna mercadoria, e que – para essa mercadoria particular – o valor de uso, que nada tem a ver com seu valor de troca, consiste precisamente na energia que cria o valor de troca. A superioridade de Ricardo sobre Smith **está em** não se ter deixado enganar por essas contradições aparentes, mais reais quanto ao resultado. A sua inferioridade, com relação a Smith, está em não **ter nem sequer que aqui se coloca um problema; e, por isso, o desenvolvimento específico que a lei do valor sofre com a formação do capital não o surpreende e não o preocupa, nem mesmo**

quando a diferença é apenas de forma? Ricardo não responde, nem sequer propõe o problema [Teorias da Mais-Valia; op. cit. Vol.II, p. 830].

11 Ricardo determina o valor do trabalho, diz Marx, “não pela quantidade de trabalho aplicada para produzir a força de trabalho e sim pela aplicada para produzir o salário que cabe ao trabalhador. Assim, diz na realidade: o valor do trabalho é determinado pelo valor do dinheiro que por ele se paga. E este valor, que é que o determina? A quantidade de valores de uso que comanda a quantidade definida de trabalho ou é por ela comandada. Ao dizer isso, Ricardo incide literalmente na incoerência que reprova em A. Smith” [Teorias da Mais-Valia; Vol. II., p. 835].

TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e a crítica da economia política. p.209-224.



4.2. MARX E UMA NOVA RECONSTRUÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Apropriando-se do sistema categorial da **EPC**, desmonta-o e o remonta numa *nova ordem de exposição*, de modo a levar esta ciência a implodir as contradições em que estavam encerrados os seus conceitos. Nesta re-apresentação, Marx exige que a economia clássica preste contas de suas descobertas científicas e confesse as razões de suas debilidades e limitações teóricas. Sua postura lembra Descartes que, ao pôr o cético contra a parede, obriga-o a confessar que a dúvida tem limite; limite determinado pela implosão da própria dúvida.

Assim procede Marx com os conceitos da economia política. Em sua re-exposição categorial, ele obriga estes conceitos a exaurir suas potencialidade explicativas, levando-os a se converterem em seus opostos, como a dúvida cética, nas mãos de Descartes, se transforma em certeza.

Marx só precisava encontrar um ponto nevrálgico, dentro do sistema categorial da **EPC**, a partir de onde ele pudesse operar uma interversão no significado de toda estrutura conceitual desta ciência. Ou seja, Marx tinha apenas que encontrar a causa do problema central em torno do qual se debateram os economistas clássicos, Smith e Ricardo.

Para o leitor que acompanhou o texto com atenção, essa causa já é conhecida. Como visto há pouco, todos os economistas clássicos incorreram no mesmo erro: identificaram a mais-valia com suas formas imediatas de existência (lucro, juro e renda da terra). Por isso, não entenderam a natureza da troca entre capital e trabalho. Não puderam, então, explicar que essa troca não anula a lei do valor; apenas é modificada em seu resultados¹³.

Essa identificação da mais-valia com suas formas fenomênicas de existência prova que a **EPC** tomou de empréstimo à vida cotidiana, sem maior crítica, todas as suas categorias. Realmente, para explicar a produção e a distribuição da riqueza social, entre as três grandes classes sociais, essa ciência divide com o senso comum a idéia de que a propriedade é produto do trabalho pessoal, do esforço individual¹⁴. Se é assim, a desigualdade social da riqueza só se explicaria pelo fato de certos indivíduos, no passado, terem trabalhado mais do que outros e, assim, puderam acumular maior riqueza.

Ora, se a propriedade é fruto do esforço pessoal de cada indivíduo, alguém que usa sua propriedade para contratar trabalhadores tem o direito de exigir uma recompensa

12 Idem; ibidem; Vol. I; p. 66.

13 Ver texto à altura da nota 12, onde aí aparece a causa central do erro de Smith: não ter distinguido que a troca entre quantidades materializadas de trabalho é diferente da troca entre trabalho vivo e trabalho materializado.

14 Segundo Adam Smith, “os homens podem viver juntos em sociedade, com um grau aceitável de segurança, embora não haja nenhum magistrado civil que os proteja da injustiça /.../. Entretanto, a avareza e a ambição dos ricos e, por outro lado, a aversão ao trabalho e o amor à tranqüilidade atual e ao prazer, da parte dos pobres, são as paixões que levam a invadir a propriedade /.../ adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas” [*Riqueza das Nações*; op. cit. Vol.II, p. 164].

pelo seu trabalho passado. Neste caso, essa recompensa (a mais-valia) não teria nenhum caráter de exploração. O lucro estaria, assim, moralmente mais do que justificado.

É daí mesmo que parte Marx para demonstrar que a mais-valia é a forma capitalista da exploração. Ele não contrapõe à **EPC** uma teoria simplesmente diferente para explicar a origem da propriedade capitalista e suas leis inerentes de apropriação e distribuição da riqueza. Divide com esta ciência o pressuposto de que o direito de propriedade se funda sobre o trabalho próprio. E tinha que valer esse pressuposto, pois, sendo todos indivíduos considerados proprietários, cada um só pode se apropriar da propriedade alheia, mediante a alienação da sua própria propriedade¹⁵.

Num mundo assim, em que todos os indivíduos só existem enquanto proprietários de mercadorias, ninguém estaria disposto a abrir mão de sua mercadoria se em troca não receber outra de igual valor. Sem essa pressuposição da igualdade dos valores permutados, a troca, enquanto relação social dominante, não se sustentaria. Os próprios indivíduos não aceitariam viver numa sociedade se soubesse, de antemão, que a troca não obedece o princípio da equivalência. Não aceitariam, pois, viver numa sociedade em que o meio de apropriação da riqueza fosse o logro generalizado de todos contra todos. Daí o drama de Smith, quando descobre que a troca entre capital e trabalho não obedece a este princípio.

Marx sabe disso mais do que ninguém. Tanto é verdade que tinha consciência da dupla dimensão de sua crítica à **EPC**: provar que a troca entre capital e trabalho se faz de acordo com o princípio da equivalência e, ao mesmo tempo, demonstrar a origem da mais-valia.

Como então demonstrar que a troca entre capital e trabalho se dá de acordo com esse princípio e que desta igualdade nasce a desigualdade na produção e apropriação da riqueza social? Marx tem a resposta: a dialética interna do processo de acumulação se encarrega de transformar aquele princípio em seu contrário direto: no princípio da não-equivalência.

Marx expõe essa dialética nos capítulos XXI e XXII de **O Capital**. Assumindo o pressuposto da EPC de que, num passado remoto, a classe capitalista adquiriu sua propriedade com o suor do seu próprio rosto, Marx se pergunta o que acontece se esse patrimônio for utilizado recorrentemente para pagar os salários dos trabalhadores? Resposta: ao cabo de certo tempo, todo esse patrimônio se constituirá em trabalho alheio não-pago. É o que mostra Marx por meio de um exemplo, em que ele imagina que a classe capitalista, depois de muitas gerações de trabalho, acumulou uma riqueza de 1.000 unidades monetárias e que, agora, pode dispor dela para contratar trabalhadores assalariados.

Em seguida, supõe que esse capital gera, anualmente, uma mais-valia de 200 unidades monetárias, destinada ao consumo dos capitalistas. Que acontece se esse capital for recorrentemente empregado para assalariar trabalhadores? A cada ano ele gera

15 “pelos menos tinha que valer essa suposição”, diz Marx, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida apenas mediante trabalho” [**O Capital: crítica da economia política**. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. Liv. I, Vol. II, p. 166].



uma mais-valia de 200 unidades. Ao chegar ao quinto ano, a mais-valia total produzida e consumida será de 1000 unidades¹⁶. E o que é mais importante: a classe capitalista ainda dispõe de 1000 unidades de capital para reiniciar, no sexto ano, a contratação de novos trabalhadores.

Conclusão: a partir do ano 6, a soma de que dispõe a classe capitalista não tem mais nada a ver com o seu trabalho passado. Trata-se de uma soma de capital totalmente recriada pelo trabalhador, pois o capital original de que ela dispunha foi consumido durante os cinco primeiros anos. A partir de então, os fundos para pagamento dos salários são totalmente adiantados pelos trabalhadores¹⁷.

Assim, quando o processo de produção é apreendido da ótica de sua renovação contínua, em que cada ciclo do capital constitui ponto de partida para outro, é o próprio trabalhador que adianta os fundos com os quais se paga o seu salário. Todo o capital se torna, assim, mais-valia capitalizada. Consequentemente, a troca de equivalentes se transforma numa troca de não-equivalente. A bem da verdade, a troca entre capital e trabalho se transforma numa não-troca¹⁸.

Isso significa, então, que a produção de mais-valia *anula* o princípio da troca de equivalentes? Sim, se se considerar o processo de acumulação da ótica de sua renovação contínua; isto é, da ótica de seu fluxo ininterrupto de renovação. Portanto, da ótica da sua totalidade, a troca entre capital e trabalho aparece como uma troca entre as duas grandes classes sociais¹⁹.

16 “Se a mais-valia produzida periodicamente, por exemplo, anualmente, por um capital de 1.000 libras esterlinas, for de 200 libras esterlinas, e se essa mais-valia for consumida todos os anos, é claro que depois de repetir-se esse processo durante cinco anos, a soma da mais-valia consumida será = 5 x 200, ou igual ao valor do capital originalmente adiantado de mil libras esterlinas (...) Ao final de um certo número de anos, o valor do capital que possui é igual à soma da mais-valia apropriada durante o mesmo número de anos, sem equivalente, e a soma do valor consumido por ele é igual ao valor do capital original (...) Não subsiste nenhum átomo de valor de seu antigo capital [O Capital... Liv.I. Vol.II., p. 155].

17 “...é uma parte do produto reproduzido continuamente pelo trabalhador, que refluí constantemente para ele na forma de salário (...). É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio do ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio-ano será pago” [O Capital... Livro I., Vol.II., p. 154].

18 “O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troca parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quanto de trabalho vivo alheio” IO Capital ... Liv. I., Vol. II., p. 166].

19 Teixeira, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura de O Capital**. - São Paulo: Ensaio, 1995., p. 124: “não se compra e se vende só uma única vez. Os indivíduos são obrigados a voltar permanentemente ao mercado, pois aí é o único lugar em que podem lançar e retirar de circulação suas mercadorias para atender suas necessidades crescentes e renovadas, e por isso mesmo são obrigados a um verdadeiro trabalho de Sísifo. Com efeito, o capitalista só pode se afirmar como tal se lançar constantemente dinheiro na circulação e dela retirar mercadorias para relançá-las novamente no mercado e recuperar o que antes adiantou como dinheiro. Se ele

TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e a crítica da economia política. p.209-224.



Não, se o processo de acumulação é apreendido da perspectiva dos atos individuais da troca; não mais em seu fluxo ininterrupto de renovação, isto é, da ótica da troca entre as classes sociais.

E é assim mesmo que deve ser julgada produção de mercadorias²⁰. Afinal de contas, num mundo onde os indivíduos só existem como produtores mercadorias, ninguém está preocupado com o destino da sociedade como um todo. Enquanto proprietários de mercadorias, os indivíduos se defrontam apenas como comprador e vendedor. Suas relações recíprocas chegam ao fim com a conclusão do contrato, que os liga entre si. Se a transação se repetir será objeto de um novo contrato, que não tem nada a ver com o anterior. O que importa a cada um é encontrar, no mercado, um equivalente de valor para a sua mercadoria.

Todos agem assim porque são partes de um contexto social em que aprenderam a se reconhecerem reciprocamente, e de forma automática, como proprietários de mercadorias. Isto lhes basta para agir no dia-a-dia. Nem o comprador nem o vendedor se importam em saber a origem dos recursos que cada um dispõe para realizar suas transações mercantis. Se o comprador é um capitalista; o vendedor, um trabalhador assalariado, este exige apenas que aquele lhe pague o valor da sua força de trabalho; não lhe importa de onde vêm os recursos: se o capitalista conseguiu com seu próprio trabalho, se são produtos de lucros acumulados ou se caíram do céu; nada disso preocupa o trabalhador. O que lhe interessa é o pagamento do valor de sua força de trabalho.

Agora tudo se esclarece. A lei da equivalência vige quando se analisa a troca da perspectiva individual; como um ato de compra e venda que se realiza fora de sua conexão com outros atos de troca ²¹.

interrompe esse movimento, seu dinheiro se petrifica e não se valoriza, sua riqueza estaciona e ele será engolido por aqueles que mantiveram seu dinheiro em constante movimento. Do lado do trabalhador, este precisa vender recorrentemente sua força de trabalho, pois se por algum motivo ele cessa de vendê-la, não poderá ter acesso aos bens necessários à sua sobrevivência.

Esse turbilhão incessante de compras e vendas de mercadorias obriga a que se pense a sociedade capitalista da ótica do seu metabolismo social. De fato, um simples ato de compra, mesmo que não se desdobre num ato posterior de venda, só se tornou possível porque foi precedido por uma venda que possibilitou ao comprador adquirir dinheiro para comprar. Se alguém comprou é porque antes vendeu e outros compraram, formando assim uma cadeia infinita de atos individuais de compras e vendas. Assim, a realidade mesma impõe que se passe de uma ótica de análise, onde se visa apenas indivíduos isolados comprando e vendendo, para uma ótica capaz de dar conta da troca como um metabolismo social, global. Essa mudança leva Marx a passar do nível da análise da troca entre indivíduos para situá-la no nível da troca entre as classes sociais”.

20 “Se a produção de mercadorias ou um procedimento a ela pertencente deve ser julgado segundo suas próprias leis econômicas, temos de considerar cada ato de intercâmbio por si mesmo, fora de qualquer conexão com o ato de intercâmbio que o procedeu e com o que o segue. E visto que compras e vendas são efetuadas apenas entre indivíduos isolados, é inadmissível procurar nelas relações entre classes sociais inteiras” [O Capital... Liv. I. Vol.II., p. 168/69].

21 “por mais longa que seja a seqüência das reproduções periódicas e acumulações precedentes pelas quais tem passado o capital que hoje funciona, este conserva sempre sua virgindade original. Enquanto em cada ato de troca - considerado isoladamente - são mantidas as leis do intercâmbio, o modo de apropriação pode experimentar um revolucionamento total sem que seja afetado, de forma alguma, o direito de propriedade adequado à produção de mercadorias. Este mesmo direito vigora tanto no início, quando o produto pertence ao produtor e este, trocando equivalente por equivalente,



As coisas mudam quando essa conduta mercantil atomística se revela como parte de um movimento social maior, sem o qual essa conduta não acontece. De fato, numa sociedade em que a troca é o único meio de acesso à riqueza social, ninguém pode comprar sem antes vender; muito menos vender, sem antes comprar. O todo social é, portanto, pressuposto necessário para que os atos individuais de compra e venda aconteçam. Mas, vista assim, a troca de mercadoria não mais obedece ao princípio de equivalência; este, pelo movimento contínuo e ininterrupto do capital, se interverte em seu contrário, ao transformar a troca numa não troca.

É então que o ponto de partida, que Marx tomou de empréstimo da **EPC**, se revela em seu oposto direto: a propriedade privada, fruto do trabalho pessoal, aparece, agora, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago. Assim, o autor de **O Capital** demonstra a dialética que transforma a troca de equivalentes numa troca de não equivalentes. E isto sem negar, de forma absoluta, a troca de equivalentes; esta permanece vigendo quando aplicada aos atos individuais de troca, pois é assim que deve ser julgada. Julgada de outra perspectiva, seria fazer um julgamento moral em vez da crítica.

Para chegar a esse resultado, Marx teve que realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, qual seja: explicitar o movimento mediador oculto na imediatidade das categorias. Marx teve de demonstrar, portanto, a gênese das categorias da Economia Política; isto é, provar o caráter mediato das categorias; ou que é o mesmo, seu caráter derivado²².

Mas, *precisamente*, em que consiste esse trabalho de desenvolvimento categorial? Em explicitar as mediações categoriais que prendem uma categoria a outra, numa seqüência lógico-necessária de tal modo que, ao final da cadeia expositiva, o objeto investigado possa se revelar tal como o é na realidade. Obviamente que esta exposição pressupõe um longo e minucioso trabalho de pesquisa, cujo objetivo é inventariar as diversas formas do objeto pesquisado, analisar sua evolução e rastrear a sua conexão interna. Só depois, então, o movimento do real pode ser adequadamente exposto²³

É assim que **O Capital** se faz crítica da Economia Política. Crítica que consiste precisamente em desenvolver o caráter mediato das categorias econômicas. Só assim, Marx pode destruir a imediatidade indeterminada e vazia das categorias da **EPC**. E assim desmistificar a falsa consciência, com suas representações próximas do mundo sensorial,

pode enriquecer apenas mediante o seu próprio trabalho, como também no período capitalista, em que a riqueza social em proporção sempre crescente torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se sempre de novo do trabalho não-pago de outros" [O Capital. Liv. I., Vol. II., p. 169].

22 "Cabe aqui realizar (...) o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro"[Idem, Ibidem. Livrol. Vol.I p. 54].

23 «É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real» [Liv. I.Vol. I., p.. 20].

TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e a crítica da economia política. p.209-224.



isto é, do chão imediato em que todos os agentes econômicos vivem e traficam suas vidas no dia-a-dia.

Um exemplo dessa análise crítica Marx oferece já no primeiro capítulo de **O Capital**. Na seção III, deste capítulo, em que analisa a forma de valor ou o valor de troca, ele convida o leitor para acompanhá-lo na exposição do movimento mediador pelo qual a mercadoria se transforma em dinheiro. Ao tornar visível esse movimento, que desaparece na imediatidade da forma dinheiro, ele decifra o enigma do fetiche do dinheiro²⁴.

Mas atenção, essa crítica não se resume a um trabalho de conscientização, mediante o qual a sociedade pudesse despertar de uma vida de ilusões. A falsa consciência não é uma mera ilusão; ela é produto das condições de sua autoprodução. O fetichismo é um produto da consciência e da existência social. Neste sentido, a força da crítica consiste apenas em denunciar o segredo da falsa consciência; segredo que se revela mediante a elucidação da própria realidade.

24 “Já vimos que a expressão mais simples de valor, x mercadoria A = y mercadoria B, a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência (...). Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ele é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas (...). Daí o enigma do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante [O Capital... Liv. Vo.. I., p. 84/85].



REFERÊNCIAS

MARX, KARL. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-valia**: história crítica do pensamento econômico: Livro 4 de O Capital. São Paulo: Difel, 1980.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Trabalho e Valor**: Contribuição para a Crítica da Razão Econômica. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

